
Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Associados
Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito ("Sicoob Cocred"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sicoob Cocred, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Sicoob Cocred é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sicoob Cocred continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sicoob Cocred ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sicoob Cocred são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança,



Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sicoob Cocred.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sicoob Cocred. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sicoob Cocred a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 9 de fevereiro de 2024

PRICE WATERHOUSE COOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4

DocuSigned by:
Marcos Franco Botelho
Signed By: MARCOS FRANCO BOTELHO 0923196360
CPF: 0923196360
Sistema Time: 09 de fevereiro de 2024 | 21:20 BRT

484198f2085477c8d163e813f78cab

Marcos Franco Botelho
Contador CRC 1SP249995/O-8

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração das sobras ou perdas	3
Demonstração dos resultados abrangentes	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	7
2 Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis significativas	7
3 Caixa e equivalentes de caixa	16
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez	16
5 Títulos e valores mobiliários	17
6 Operações de crédito	19
7 Outros ativos financeiros	21
8 Ativos fiscais, correntes e diferidos	22
9 Outros ativos	23
10 Imobilizado	23
11 Intangível	24
12 Depósitos à vista e a prazo	24
13 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	25
14 Obrigações por empréstimos e repasses	26
15 Outros passivos financeiros	27
16 Provisões	27
17 Obrigações fiscais, correntes e diferidas	28
18 Outros passivos	29
19 Instrumentos financeiros	30
20 Patrimônio líquido	30
21 Receitas de operações de crédito	32
22 Dispêndios e despesas da intermediação financeira	32
23 Ingressos e receitas de prestação de serviços	32
24 Rendas de tarifas	33
25 Dispêndios e despesas de pessoal	33
26 Outros dispêndios e despesas administrativas	34
27 Dispêndios e despesas tributárias	34
28 Outros ingressos e receitas operacionais	35
29 Outros dispêndios e despesas operacionais	35
30 Despesas com provisões	35
31 Outras receitas e despesas	36
32 Imposto de renda e contribuição social	36
33 Resultado não recorrente	36
34 Partes relacionadas	37
35 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo	37
36 Gerenciamento de riscos	38
37 Garantias	45
38 Cobertura de seguros	45
39 Benefícios a empregados	45
40 Plano para a implementação da regulamentação contábil da resolução CMN nº 4.966/2021	46

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito**Balanço patrimonial em 31 de dezembro**
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
ATIVO		11.413.887	9.652.088
Disponibilidades	3	15.013	12.656
Instrumentos Financeiros		11.621.887	9.877.241
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	573.647	725.250
Títulos e Valores Mobiliários	5	3.086.662	809.462
Relações Interfinanceiras	3	2.981.435	2.778.535
Operações de Crédito	6	4.897.543	5.476.505
Outros Ativos Financeiros	7	82.601	87.489
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(349.849)	(356.092)
(-) Operações de Crédito	6	(327.936)	(338.148)
(-) Outras	7	(21.913)	(17.944)
Ativos Fiscais correntes e diferidos	8	12.346	7.338
Outros Ativos	9	3.937	5.731
Imobilizado de Uso	10	103.344	99.150
Imobilizado de Uso		153.921	138.585
(-) Depreciação acumulada		(50.577)	(39.435)
Intangível	11	7.210	6.064
Intangível		23.241	17.430
(-) Amortização acumulada		(16.031)	(11.366)
Total do Ativo		11.413.887	9.652.088
	Notas	2023	2022
PASSIVO		10.036.289	8.546.008
Depósitos	12	5.099.639	4.078.333
Depósitos à Vista		875.997	656.061
Depósitos à Prazo		4.223.642	3.422.272
Instrumentos Financeiros	19	4.764.352	4.336.449
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	3.455.117	2.186.132
Repasse Interfinanceiros	14	1.291.975	2.128.511
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	811	1.199
Outros Passivos Financeiros	15	16.449	20.607
Provisões	16	43.879	35.954
Obrigações Fiscais e diferidas	17	14.258	11.750
Outros Passivos	18	114.161	83.522
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	1.377.596	1.106.080
Capital Social		808.231	632.363
Reserva Legal		481.422	424.146
Sobras Acumuladas		87.943	49.571
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		11.413.887	9.652.088

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Demonstração das sobras ou perdas Exercícios e semestres findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2023		2022
		2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Ingressos e Receitas da Intermediação Financeira		777.534	1.515.136	1.189.653
Operações de Crédito	21	430.270	883.320	772.019
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	3	180.404	344.933	330.783
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	41.518	91.813	63.821
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	125.342	195.070	23.030
Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira	22	(583.616)	(1.148.385)	(931.329)
Operações de Captação no Mercado	12.2	(449.675)	(839.037)	(603.526)
Operações de Empréstimos e Repasses	14	(85.787)	(200.727)	(197.476)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.1 e 7	(48.155)	(108.621)	(130.327)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		193.918	366.751	258.325
Outros Ingressos / Dispêndios Operacionais		(66.320)	(113.814)	(94.136)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	28.251	52.363	33.483
Rendas de Tarifas	24	6.565	12.779	11.555
Dispêndios e Despesas de Pessoal	25	(60.111)	(107.320)	(79.595)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26	(47.598)	(93.010)	(80.106)
Dispêndios e Despesas Tributárias	27	(1.571)	(3.383)	(2.889)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	26.492	51.781	43.836
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(18.348)	(27.023)	(20.419)
Provisões	30	(98)	(5.392)	(3.959)
(Provisões)/Reversões para Contingências		246	(3.677)	(337)
(Provisões)/Reversões para Garantias Prestadas		(344)	(1.715)	(3.623)
Resultado Operacional		127.500	247.545	160.229
Outras Receitas e Despesas	31	2.797	5.369	9.409
Sobras Antes da Tributação e Participações		130.297	252.915	169.638
Imposto de Renda e Contribuição Social	32	1.711	(2.973)	(4.100)
Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperados		2.922		
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperados		(1.212)	(2.973)	(4.100)
Sobras do período/exercício antes das destinações e do JCP		132.007	249.942	165.538
Juros ao Capital	20.2	(88.956)	(88.956)	(66.893)
Sobras do período/exercício antes das destinações		43.051	160.986	98.646

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito**Demonstração do resultado abrangente**
Exercícios e semestres findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2023	2022
	2º semestre	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)
	Exercício	Exercício
	(12 meses)	(12 meses)
Sobras do período/exercício	132.007	249.942
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente	132.007	165.538

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Capital à Realizar	Reserva Legal	Sobras acumuladas	Total
Em 31 de dezembro de 2021		500.295	(152)	384.523	53.539	938.205
Destinações de Sobras do Exercício Anterior:	20.3					
Ao FATES					(10.708)	(10.708)
Constituição de Reservas				10.708	(10.708)	
Distribuição de sobras para associados		16.013			(32.123)	(16.110)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	20.1	78.782	67			78.849
Por Devolução		(23.012)				(23.012)
Estorno de Capital		(1)				(1)
Sobras do exercício antes das destinações e do JCP					165.538	165.538
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	20.3	60.372			(66.893)	(6.521)
Destinações das Sobras do Exercício:	20.2					
Fundo de Reserva				28.916	(28.916)	
FATES - Atos Cooperativos					(4.131)	(4.131)
FATES - Atos Não Cooperativos					(16.027)	(16.027)
Em 31 de dezembro de 2022		632.449	(85)	424.146	49.571	1.106.080
Destinações de Sobras do Exercício Anterior:	20.3					
Ao FATES					(8.595)	(8.595)
Constituição de Reservas				5.976	(5.976)	
Distribuição de sobras para associados		17.453			(35.000)	(17.547)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	20.1	117.183				117.183
Por Devolução		(38.544)				(38.544)
Estorno de Capital		(1)				(1)
Sobras do exercício antes das destinações e do JCP					249.942	249.942
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	20.3	79.776			(88.956)	(9.180)
Destinações das Sobras do Exercício:	20.2					
Fundo de Reserva				51.300	(51.300)	
FATES - Atos Cooperativos					(7.329)	(7.329)
FATES - Atos Não Cooperativos					(14.414)	(14.414)
Em 31 de dezembro de 2023		808.316	(85)	481.422	87.943	1.377.596
Em 30 de junho de 2023		688.704	(96)	430.122	117.935	1.236.665
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	20.1	55.861	11			55.872
Por Devolução		(16.024)				(16.024)
Estorno de Capital		(1)				(1)
Sobras do exercício antes das destinações e do JCP					132.007	132.007
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	20.3	79.776			(88.956)	(9.180)
Destinações das Sobras do Exercício:	20.2					
Fundo de Reserva				51.300	(51.300)	
FATES - Atos Cooperativos					(7.329)	(7.329)
FATES - Atos Não Cooperativos					(14.414)	(14.414)
Em 31 de dezembro de 2023		808.316	(85)	481.422	87.943	1.377.596

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Nota	2023		2022
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Sobras ou perdas antes da tributação e participações	130.297	252.915	169.638
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	28 (12.590)	(12.590)	(8.786)
Distribuição de Sobras e Dividendos	28 (3.398)	(19.162)	(7.303)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	22 48.155	108.621	130.327
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	30 344	1.715	3.623
Provisões/Reversões Não Operacionais	31		104
Provisões/Reversões para Contingências	30 (246)	3.677	337
Depreciações e Amortizações	26 8.784	16.570	12.262
Sobras ou perdas antes da tributação e participações ajustado	171.345	351.746	300.201
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	164.937	151.603	(241.005)
Títulos e Valores Mobiliários	(1.161.531)	(2.223.402)	(493.360)
Operações de Crédito	247.821	476.148	(1.357.016)
Outros Ativos Financeiros	1.278	(7.163)	6.607
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(4.786)	(5.008)	(5.969)
Outros Ativos	1.550	1.794	6.692
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista	152.778	219.936	31.271
Depósitos a Prazo	646.599	801.371	538.948
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	755.923	1.268.985	1.151.723
Repasses Interfinanceiros	(484.612)	(836.536)	574.595
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(406)	(388)	(377)
Outros Passivos Financeiros	13.038	(4.158)	(13.735)
Provisões	1.418	2.534	2.420
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	9.488	3.201	6.603
Outros Passivos	8.806	21.462	9.525
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		(8.595)	(10.708)
FATES - Atos Cooperativos	(7.329)	(7.329)	(4.131)
FATES - Atos Não Cooperativos	(14.414)	(14.414)	(16.027)
Imposto de Renda	2.573		(121)
Contribuição Social	(1.252)	(3.665)	(3.345)
Caixa líquido aplicado / originado em atividades operacionais	503.224	188.122	482.791
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos	28 3.398	18.519	6.665
Distribuição de Sobras da Central Recebidos	28	643	638
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	28 12.590	12.590	8.786
Aquisição de Intangível	(1.836)	(6.404)	(4.164)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(7.484)	(15.506)	(20.644)
Aquisição de Investimentos	(23.744)	(53.797)	18
Caixa líquido aplicado / originado em investimentos	(17.076)	(43.956)	(8.701)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	20 55.872	117.183	78.849
Devolução de Capital à Cooperados	20 (16.024)	(38.544)	(23.012)
Estorno de Capital	20 (1)	(1)	(1)
Distribuição de Sobras Para Associados	20	(17.547)	(16.110)
Caixa líquido aplicado / originado em financiamentos	39.847	61.091	39.726
Aumento / redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	525.995	205.257	513.816
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	3 2.470.453	2.791.191	2.277.375
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	3 2.996.448	2.996.448	2.791.191
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	525.995	205.257	513.816

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito ("Sicoob Cocred" ou "Cooperativa") é uma cooperativa de crédito singular de livre admissão de cooperados com sede em Sertãozinho - SP, instituição financeira não bancária, fundada em 27 de julho de 1969, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo e acionista do Banco Cooperativo Sicoob S.A – Banco Sicoob.

A Sicoob Cocred possui Postos de Atendimento - PAs nos municípios de Araçatuba, Barretos, Barrinha, Bastos, Batatais, Bauru, Cajobi, Cajuru, Cravinhos, Franca, Guaíra, Jaborandi, Jardinópolis, Lins, Monte Alto, Marília, Morro Agudo, Ocauçu, Paulo de Faria, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, São José do Rio Preto, São Carlos, Serrana, Sertãozinho, Severínia, Terra Roxa, Tupã, Vera Cruz, Uberlândia, Uberaba e Viradouro.

A área de admissão de cooperados passou a abranger todas as unidades da Federação.

A Sicoob Cocred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos cooperados;
- (ii) A formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis significativas

As políticas significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN" ou "BCB"), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, estando em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, tendo sido aprovadas pelo Conselho de administração e Conselho fiscal, que são os órgãos estatutários responsáveis pela governança, em 29 de janeiro de 2024 e 31 de janeiro de 2024, respectivamente.

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras compreende a Diretoria Executiva.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta Cooperativa.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

a) Mudanças aplicadas nas presentes demonstrações financeiras

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros. Essa alteração não gerou impacto nas Demonstrações Financeiras, trata-se apenas de alteração operacional de remessa de obrigação.

Em complemento, a **Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022:** a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada no segundo semestre de 2023.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º de janeiro de 2022.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela Cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN n.º 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;

ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e

iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.;

iv) Instrução Normativa BCB nº 426 de 1º de janeiro de 2023: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN n.º 4.966 de 25 de novembro de 2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A **Resolução BCB nº 352/23**, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Em complemento, a **Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023**, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. Estão sendo avaliados substancialmente os impactos em contratos de locação de imóveis.

2.3 Continuidade dos negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Na data em que foi autorizada a emissão dessas demonstrações financeiras, a administração da Cooperativa avaliou e entendeu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a sua capacidade de operação futura.

2.4 Descrição das políticas contábeis significativas

As políticas contábeis significativas adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus cooperados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não cooperados.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor de custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira é composta pelas Participações de Cooperativas, Títulos e Valores Mobiliários e Cédula de Produto Rural.

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC).

É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira, na CPR financeira o produtor antecipa recurso e se compromete a resgatar financeiramente.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

h) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

j) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Imobilizado de uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, eles apenas são divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras quando probabilidade de êxito prováveis. Quando ocorre decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo, esses ativos deixam de ser contingentes e são reconhecidos contabilmente.

n) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

p) Outros ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em circulante e não circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem decrescente de liquidez e de exigibilidade, respectivamente. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

u) Valor recuperável de ativos não financeiros – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2023, não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros.

w) Resultados não recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

x) Instrumentos Financeiros

O SICOOB COCRED opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023 que possuíssem relevância para serem divulgados.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Disponibilidades	15.013	12.656
Relações interfinanceiras (i)	<u>2.981.435</u>	<u>2.778.535</u>
	<u>2.996.448</u>	<u>2.791.191</u>

(i) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob São Paulo como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e de 2022, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

	<u>2º Semestre</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	<u>180.404</u>	<u>344.933</u>	<u>330.783</u>

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

<u>Modalidade</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ligadas (i)	<u>573.647</u>	<u>725.250</u>
	573.647	725.250
Ativo circulante	<u>(573.647)</u>	<u>(725.250)</u>
Ativo não circulante	<u> </u>	<u> </u>

(i) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 99,30 % do CDI (2022 – 98,96 % do CDI).

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2º Semestre</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	41.518	91.813	63.821

5 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

<u>Modalidade</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Recibo de Depósito Cooperativo - RDC (i)		65.743
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (ii)	9.166	22.169
Obrigações do Tesouro Nacional		17.484
Cotas de Fundo Imobiliário (iii)		29.312
Cédula Produto Rural - CPR (iv)	2.917.204	513.845
Provisão para Desvalorização - CPR	(59.062)	(4.606)
Participações - Investimentos (v)	218.996	165.199
Títulos Públicos Federais - LFT	357	316
	<u>3.086.662</u>	<u>809.462</u>
Ativo circulante	<u>(170.447)</u>	<u>(191.565)</u>
Ativo não circulante	<u>2.916.215</u>	<u>617.897</u>

(i) Os Recibos de depósito cooperativos - RDC referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras mantidas na Sicoob São Paulo com remuneração média de 108,15 % do CDI. (2022 – 108,05 % do CDI)

(ii) Os Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA são títulos de renda fixa lastreados em recebíveis originados do agronegócio, possuem remuneração média de 15,87 % a.a. (2022 – 15,27 % a.a.).

(iii) O Fundo Imobiliário Coopbens foi criado pela Cooperativa com finalidade de viabilizar o processo de venda de bens não de uso próprio. A remuneração desse fundo ocorre com a valorização de suas quotas decorrente do resultado apurado na venda dos bens. Em novembro de 2023 o fundo foi liquidado após a venda de todos os imóveis.

(iv) A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPRF) trata-se de um de produto criado pelo Sicoob, lastreada em produto rural, disponível na emissão ou cuja produção seja esperada ao longo da vigência do título, com liquidação financeira obrigatoriamente.

(v) A partir de 1º de julho de 2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os investimentos estão constituídos por:

<u>Modalidade</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob SP	123.969	83.684
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB	94.914	81.402
Outras Participações	113	112
	<u>218.996</u>	<u>165.199</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sicoob Cocred efetuou aporte de capital no montante de R\$ 40.285 e R\$ 13.511, na Sicoob São Paulo e no BANCOOB, respectivamente.

Em 2023, foram recebidas sobras nos montantes de R\$ 13.232 e R\$ 13.511 pela Sicoob São Paulo, e BANCOOB, respectivamente. E dividendos da Sicoob Seguradora no montante de R\$ 5.009. (Nota 28) Os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP, na SELIC e as operações com o BANCOOB e Sicoob São Paulo são mantidas pelos respectivos administradores.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os títulos e valores mobiliários foram contratados com prazo de resgate superior a 90 dias. Os títulos e valores mobiliários classificados no ativo não circulante têm sua realização prevista substancialmente para 2028.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários”, foram, respectivamente:

	<u>2º Semestre</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	125.342	195.070	23.030

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Operações de crédito

6.1 Composição da carteira por modalidade

Modalidade	2023	2022
Adiantamentos a depositantes	4.792	3.592
Cheque especial e conta garantida	197.315	146.780
Empréstimos e financiamentos	2.560.268	2.478.663
Títulos descontados	130.229	110.508
Financiamentos rurais	2.004.939	2.736.962
	4.897.543	5.476.505
Provisão para perdas com operações de crédito (Nota 6.6)	(327.936)	(338.148)
	4.569.607	5.138.357
Ativo circulante	(2.157.722)	(2.540.266)
Ativo não circulante	2.411.885	2.598.091

6.2 Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999

Nível de risco	Percentual	Situação	2023				2022		
			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA		Normal	25.427	555	29.276	55.258		35.220	
A	0,5%	Normal	651.227	91.435	1.234.695	1.977.357	(9.887)	2.371.768	(11.859)
B	1%	Normal	715.073	112.173	624.016	1.451.263	(14.513)	1.699.978	(17.000)
B	1%	Vencidas	1.672	448	1.645	3.765	(38)	421	(4)
C	3%	Normal	680.549	116.421	57.999	854.969	(25.649)	872.694	(26.181)
C	3%	Vencidas	6.190	503	99	6.792	(204)	5.228	(157)
D	10%	Normal	167.561	24.447	45.194	237.201	(23.720)	177.009	(17.701)
D	10%	Vencidas	4.067	790		4.858	(486)	5.025	(503)
E	30%	Normal	38.080	3.129	5.944	47.153	(14.146)	19.484	(5.845)
E	30%	Vencidas	3.840	507		4.347	(1.304)	3.176	(953)
F	50%	Normal	21.334	596	84	22.015	(11.007)	45.109	(22.554)
F	50%	Vencidas	3.202	538		3.740	(1.870)	1.137	(569)
G	70%	Normal	10.578	252	1.060	11.890	(8.323)	17.762	(12.434)
G	70%	Vencidas	487			487	(341)	346	(242)
H	100%	Normal	87.267	6.697	618	94.581	(94.581)	148.333	(148.333)
H	100%	Vencidas	111.638	5.919	4.309	121.867	(121.867)	73.814	(73.814)
		Total Normal	2.397.095	355.706	1.998.886	4.751.687	(201.826)	5.387.358	(261.907)
		Total Vencidas	131.097	8.705	6.054	145.856	(126.110)	89.148	(76.241)
		Total Geral	2.528.193	364.411	2.004.940	4.897.543	(327.936)	5.476.505	(338.148)
		Provisões	(279.684)	(22.066)	(26.187)	(327.936)		(338.148)	
		Total Líquido	2.248.509	342.346	1.978.753	4.569.607		5.138.357	

6.3 Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário)

Tipo	2023			
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	538.931	639.013	1.350.249	2.528.193
Financiamentos	33.160	88.606	242.645	364.411
Financiamentos Rurais	294.355	683.523	1.027.062	2.004.940
TOTAL	866.446	1.411.143	2.619.954	4.897.543

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tipo				2022
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	464.548	586.514	1.363.838	2.414.899
Financiamentos	26.345	79.060	219.239	324.644
Financiamentos Rurais	398.404	1.107.974	1.230.584	2.736.963
TOTAL	889.297	1.773.549	2.813.659	5.476.505

6.4 Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	31/12/2023	2023
					% da Carteira
Setor Privado - Comércio	409.033	64.475	88.928	562.436	11%
Setor Privado - Indústria	303.175	18.173	523.015	844.363	17%
Setor Privado - Serviços	1.029.466	149.388	201.927	1.380.781	28%
Pessoa Física	725.064	111.808	998.544	1.835.416	37%
Outros	61.455	20.567	192.526	274.548	6%
TOTAL	2.528.193	364.411	2.004.940	4.897.543	100%

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	31/12/2022	2022
					% da Carteira
Setor Privado - Comércio	368.545	50.675	104.924	524.144	10%
Setor Privado - Indústria	280.808	15.842	576.147	872.797	16%
Setor Privado - Serviços	907.319	117.255	206.450	1.231.024	22%
Pessoa Física	773.943	114.395	1.568.793	2.457.131	45%
Outros	84.284	26.477	280.648	391.409	7%
TOTAL	2.414.899	324.644	2.736.962	5.476.505	100%

6.5 Operações de crédito de longo prazo, por ano de vencimento

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2023	2022
2024		1.055.894
2025	1.038.445	671.790
2026 a 2041	1.373.440	870.406
	2.411.885	2.598.091

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.6 Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	338.148	281.215
(-) Créditos baixados para prejuízo	(102.813)	(68.355)
Provisão constituída no exercício (Nota 22)	275.231	271.837
(-) Reversão da provisão (Nota 22)	<u>(182.630)</u>	<u>(146.549)</u>
Saldo final	<u><u>327.936</u></u>	<u><u>338.148</u></u>

6.7 Concentração dos principais devedores

Descrição	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior Devedor	144.224	3%	126.703	2%
10 Maiores Devedores	1.008.613	21%	855.237	16%
50 Maiores Devedores	2.849.822	58%	2.050.131	37%

6.8 Recuperação de créditos baixados como prejuízo

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas montou a R\$ 33.257 no exercício findo em 31 de dezembro 2023 (2022 - R\$ 29.764), e foi registrada em contrapartida de "Recuperação de créditos baixados como prejuízo" em Receitas de operações de créditos (Nota 21).

7 Outros ativos financeiros

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Avais e Fianças Honrados (i) (Nota 7.1)	11.536	6.137
Rendas a Receber (ii)	4.604	2.053
Devedores por Compra de Valores e Bens (iii) (Nota 7.1)	39.726	54.499
Títulos e créditos a receber (iv) (Nota 7.1)	6.037	7.462
Valores tarifas a receber	1.081	657
Depósitos em garantia (v)	<u>19.617</u>	<u>16.681</u>
	82.601	87.489
Provisão para perdas (Nota 7.1)	<u>(21.913)</u>	<u>(17.944)</u>
	60.688	69.545
Ativo circulante	<u>(14.427)</u>	<u>(15.932)</u>
Ativo Não Circulante	<u><u>46.261</u></u>	<u><u>53.613</u></u>

(i) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de cooperados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito e rendas de serviços de convênios a receber;

(iii) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens recebidos como pagamento de dívida;

(iv) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados contratos vinculados a produtos, oriundos de renegociações de operações de crédito.

(v) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais, referente a processos discutidos pela Cooperativa.

7.1 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999

Nível de risco	Percentual	Situação	2023				2022		
			Títulos e créditos a receber	Avais e Fianças Honrados	Devedores por compra de valores e bens	Total	Provisões	Total	Provisões
AA		Normal						2.105	
A	0,5%	Normal			4.342	4.342	(22)	3.955	(20)
B	1%	Normal			23.151	23.151	(232)	31.536	(315)
C	3%	Normal			4.223	4.223	(127)	8.648	(259)
D	10%	Normal			196	196	(20)		
E	30%	Normal	1.641			1.641	(492)	2.188	(656)
E	30%	Vencidas		497		497	(149)	528	(158)
F	50%	Vencidas		51		51	(25)	44	(22)
G	70%	Normal			7.814	7.814	(5.470)	8.559	(5.991)
G	70%	Vencidas		22		22	(16)	47	(33)
H	100%	Normal	4.397			4.397	(4.397)	4.971	(4.971)
H	100%	Vencidas		10.965		10.965	(10.965)	5.518	(5.518)
Total Normal			6.037		39.726	45.763	(10.758)	61.961	(12.213)
Total Vencidos				11.536		11.536	(11.155)	6.137	(5.731)
Total Geral			6.037	11.536	39.726	57.299	(21.913)	68.098	(17.944)
Provisões			(4.889)	(11.155)	(5.869)	(21.913)		(17.944)	
Total Líquido			1.148	380	33.857	35.386		50.154	

7.2 Movimentação da provisão de outros ativos financeiros

	2023	2022
Saldo inicial	17.944	18.445
(-) Créditos baixados para prejuízo	(12.051)	(5.538)
Provisão constituída no exercício (Nota 22)	21.399	15.418
(-) Reversão efetuada no exercício (Nota 22)	(5.378)	(10.380)
Saldo final	21.913	17.944

8 Ativos fiscais, correntes e diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica estava composta de impostos e contribuições a compensar referente ao recebimento de comissionamento de produtos e IR de exercício anterior.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de Renda	11.579	6.602
Pis e Cofins	766	736
	<u>12.346</u>	<u>7.338</u>
Ativo circulante	<u>(12.346)</u>	<u>(7.338)</u>
Ativo Não Circulante	<u> </u>	<u> </u>

A Cooperativa efetua anualmente o pagamento de juros sobre o capital próprio para seus associados, tais dispêndios eram considerados pela Cooperativa como indedutíveis na apuração do Imposto de Renda (IRPJ). A partir de 2022 com base na Instrução Normativa nº 1.700/2017 o sistema Sicoob alterou a classificação contábil da rubrica passando a utilizar dedutibilidade das despesas com JSCP, para fins de formação da base de cálculo do IRPJ, dessa forma a Cooperativa irá recuperar o montante de R\$ 6.632 referente ao exercícios de 2018 à 2021.

9 Outros ativos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamentos e Participações Salariais	9	8
Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta (i)	1.494	1.189
Devedores Diversos País (ii)	1.951	1.127
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos (iii)		3.006
Material em Estoque	245	221
Despesas Antecipadas (iv)	239	179
	<u>3.937</u>	<u>5.731</u>
Ativo circulante	<u>(3.937)</u>	<u>(2.725)</u>
Ativo Não circulante	<u>0</u>	<u>3.006</u>

(i) Os Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta referem-se a adiantamentos a fornecedores;

(ii) Em Devedores Diversos País estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar;

(iii) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(iv) As despesas antecipadas, referem-se aos prêmios de seguros.

10 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023			2022			%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Móveis, utensílios e equipamentos	19.391	(6.075)	13.316	16.711	(4.946)	11.765	10
Sistemas de comunicação	566	(150)	416	504	(100)	404	10
Equipamentos de processamento de dados	23.624	(12.904)	10.720	19.476	(9.419)	10.057	20
Veículos	1.128	(721)	407	1.128	(529)	598	20
Sistemas de vigilância	3.557	(2.109)	1.448	3.149	(1.645)	1.504	20
Instalações	51.902	(25.228)	26.674	41.278	(21.020)	20.258	20
Edificações	40.768	(3.389)	37.379	39.989	(1.775)	38.214	4
Terrenos	8.252		8.252	8.252		8.252	
imobilização em curso (i)	4.732		4.732	8.098		8.098	
	<u>153.921</u>	<u>(50.577)</u>	<u>103.344</u>	<u>138.585</u>	<u>(39.435)</u>	<u>99.150</u>	

(i) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11 Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

	2023			2022		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares e Licenças	23.220	(16.031)	7.189	17.412	(11.366)	6.046
Marcas e Patentes	21		21	18		18
	<u>23.241</u>	<u>(16.031)</u>	<u>7.210</u>	<u>17.430</u>	<u>(11.366)</u>	<u>6.064</u>

12 Depósitos à vista e a prazo

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estavam assim compostos:

	2023	2022
Depósitos à vista (i)	875.997	656.061
Depósitos à prazo (ii)	4.223.642	3.422.272
	<u>5.099.640</u>	<u>4.078.333</u>
Passivo circulante	1.162.215	840.763
Passivo Não Circulante	<u>3.937.426</u>	<u>3.237.570</u>

(i) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, é feito em “Despesas com operações de captação de mercado”.

12.1 Concentração dos principais depositantes

Descrição	2023		2022	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior Depositante	131.198	3%	171.121	4%
10 Maiores Depositantes	960.291	19%	1.009.240	25%
50 Maiores Depositantes	2.557.190	50%	2.109.322	52%

12.2 Despesas com operações de captação de mercado (Nota 13 e 22):

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de Depósitos a Prazo	(250.856)	(474.037)	(389.486)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(162.861)	(299.169)	(155.899)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário - LCI	(30.103)	(55.100)	(50.123)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(5.856)	(10.730)	(8.018)
	(449.675)	(839.037)	(603.526)

13 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estavam assim compostas:

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	2023	2022
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2.654.737	1.742.456
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	800.380	443.675
	<u>3.455.117</u>	<u>2.186.132</u>
Passivo circulante	<u>1.730.585</u>	<u>947.075</u>
Passivo Não Circulante	<u>1.724.532</u>	<u>1.239.057</u>

Conforme Lei nº 11.076, esses títulos são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e também são garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop – Nota 12).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. (Nota 12.2)

14 Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos cooperados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos cooperados beneficiados. (Nota 22)

Modalidade	Encargos financeiros (Taxa Anual)	2023			2022		
		Repasses Interfinanceiros	Repasses de outras instituições	Total	Repasses Interfinanceiros	Repasses de outras instituições	Total
Empréstimos	7,32% à 11,33%	14.462		14.462	22.010		22.010
Securitização	3,00%		811	811		1.199	1.199
Custeio Agrícola	0,82% à 2,99%	620.219		620.219	963.657		963.657
	3,00% à 5,99%	44		44	14.694		14.694
	6,00% à 6,99%	20.861		20.861	67.912		67.912
	7,00% à 7,99%	79.677		79.677	403.562		403.562
	8,00% à 8,99%	81.140		81.140	80.311		80.311
	9,00% à 9,99%	1.963		1.963	3.633		3.633
	10,00% à 12,80%	445.335		445.335	486.419		486.419
	12,81% à 16,06%	28.274		28.274	86.314		86.314
Total		<u>1.291.975</u>	<u>811</u>	<u>1.292.786</u>	<u>2.128.511</u>	<u>1.199</u>	<u>2.129.710</u>
Passivo circulante		<u>(744.031)</u>		<u>(744.031)</u>	<u>(1.287.869)</u>		<u>(1.287.869)</u>
Passivo não circulante		<u>547.944</u>	<u>811</u>	<u>548.755</u>	<u>840.642</u>	<u>1.199</u>	<u>841.841</u>

As despesas com empréstimos e repasses, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à “Dispêndios e despesas da intermediação financeira” (Nota 22), foram, respectivamente:

	2º semestre	2023	2022
		Exercício	Exercício
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 14)	(85.787)	(200.727)	(197.476)

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes de longo prazo possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
2024		403.028
2025	291.770	193.160
2026	145.239	146.895
2027	80.514	77.297
2028	17.605	12.432
2029	7.797	5.245
2030	4.284	2.266
2031	1.546	1.518
	<u>548.755</u>	<u>841.841</u>

15 Outros passivos financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos cooperados, por sua ordem.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Recurso em Trânsito de Terceiros (i)	11.953	14.762
Obrigações por aquisições de bens e direitos (ii)	3.239	4.599
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (iii)	1.257	1.246
	16.449	20.607
Passivo circulante	<u>(16.449)</u>	<u>(20.607)</u>
Passivo não circulante	<u><u> </u></u>	<u><u> </u></u>

(i) Recursos em Trânsito de Terceiros refere-se a valores a repassar relativos a Convênios;

(ii) Obrigações por aquisição de bens e direitos referem-se aos valores a pagar de fornecedores e obrigações em nome de terceiros (conta salário) de empresas cooperadas.

(iii) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos.

16 Provisões

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisões para garantias financeiras prestadas (i)	18.874	17.159
Provisão para Contingências (ii)	25.006	18.795
	<u>43.879</u>	<u>35.954</u>

(i) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, no montante de R\$ 356.483 em 31 de dezembro de 2023 (2022 – R\$ 302.590), conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. (Nota 37).

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de determinadas questões em discussão judicial e administrativa, o Sicoob Cocred, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências tributárias e trabalhistas, classificadas como de risco provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável dessas questões.

16.1 Provisões para demandas judiciais

Nas datas das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Tributárias	19.419	16.642
Cíveis	5.192	1.790
Trabalhistas	395	362
	<u>25.006</u>	<u>18.795</u>

(a) Passivos contingentes

O Sicoob Cocred possui processos em andamento classificados como de possível perda que totalizam em 2023 o montante de R\$ 8.513 de processos cíveis (2022 – R\$ 3.427), R\$ 25 de processos trabalhistas (2022 – R\$ 424), R\$ 1.128 de processos ambientais. Em 2023 não havia processos tributários classificados como possível, pois os processos foram alterados para perda provável. (2022 – R\$ 15.804).

Com a Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022 foi excluída a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. Dessa forma a Cooperativa em conjunto com seus assessores jurídicos realizou a análise das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada e totalizou R\$ 408 de processos com probabilidade de perda remota.

(b) Discussão de processos judiciais e administrativos

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

17 Obrigações fiscais, correntes e diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	197	890
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	11.763	8.715
Contribuição Previdenciária - INSS	1.535	1.315
Programa de Integração Social - PIS	25	35
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	127	189
Imposto sobre Serviços - ISS	129	179
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	470	409
Outros	12	18
	<u>14.258</u>	<u>11.750</u>

18 Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de outros passivos estava assim composto:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fates - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	38.284	21.845
Cotas de capital a pagar (ii)	29.534	25.007
Obrigações de pagamentos em nome de terceiros	5.331	4.815
Provisão para pagamentos a efetuar (iii)	38.610	29.842
Credores Diversos - País (iv)	2.402	2.014
	114.161	83.522
Passivo circulante	<u>(113.149)</u>	<u>(81.786)</u>
Passivo não circulante - Cotas de capital a pagar	<u>1.012</u>	<u>1.736</u>

(i) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme Estatuto Social. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(ii) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os cooperados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(iii) Provisão para Pagamentos a Efetuar refere-se a provisão de Despesas de pessoal, aluguéis de imóveis e valores a pagar de cartões e transações intercooperativas;

(iv) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar do Banco Sicoob, Saldos Credores de renegociação de dívidas, Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação e Credores Diversos-Liquidação Cobrança.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital é representado por quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Capital Social	808.231	632.363

A subscrição de capital ocorre quando o Cooperado ingressa na cooperativa, no ato de admissão, ou também pode ocorrer de forma voluntária. O capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). A forma da remuneração do capital social dar-se-á por meio de integralização em cotas-partes no capital social ou através de crédito em conta corrente de cada associado, a critério do Conselho de Administração. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, conforme condições definidas no estatuto social da Cooperativa.

20.2 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da Cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida apurada terá a seguinte destinação:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Sobras líquidas do exercício, base de cálculo das destinações	249.942	165.538
Destinações estatutárias:		
Juros sobre o capital distribuído	(88.956)	(66.893)
FATES - lucro de operações realizadas com não cooperados	(14.414)	(16.027)
Reserva legal - 35 %	(51.300)	(28.916)
FATES - Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	<u>(7.329)</u>	<u>(4.131)</u>
Sobras do exercício à disposição da Assembleia Geral	<u>87.943</u>	<u>49.571</u>

- 35% do resultado de operações com cooperados para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, conforme alteração na última Assembleia Geral Ordinária de 25 de março de 2021.
- 5% do resultado de operações com cooperados para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Sicoob Cocred;
- Juros sobre o capital integralizado de até o limite do índice percentual da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC;

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além destas destinações, a Lei no. 5.764/71 prevê (i) que os resultados positivos das operações com atos não-cooperados serão destinados ao Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES; (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados e (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

A Cooperativa distribuiu juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial SELIC para o exercício de 2023 e 2022. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Juros ao Capital	(88.956)	(66.893)

20.3 Aprovação das destinações

As destinações das sobras dos exercícios sociais de 2022 e de 2021 foram aprovadas nas assembleias gerais ordinárias realizadas em 16 de março de 2023 e 24 de março de 2022, respectivamente.

Na Assembleia Geral Ordinária de 16 de março de 2023, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para Reserva legal, no montante de R\$ 5.976, para FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, no montante de R\$ 8.595, para Capital social, no montante de R\$ 17.500 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 17.500, foi distribuído aos cooperados.

Na Assembleia Geral Ordinária de 24 de março de 2022, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para Reserva legal, no montante de R\$ 10.708, para FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, no montante de R\$ 10.708, para Capital social, no montante de R\$ 16.091 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 16.061, foi distribuído aos cooperados.

Os valores apresentados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido variam em decorrência da distribuição de sobras para associados desligados, cujos saldos são transferidos para cotas de capital à pagar.

20.4 Realização da Reserva legal

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa deixou de utilizar a Reserva Legal para suprir as despesas com bens e serviços diretamente relacionados à expansão geográfica dos serviços da Sicoob Cocred, bem como os custos de melhorias e benfeitorias necessárias para o aumento da capacidade operacional da Sicoob Cocred, além de sua utilização para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Receitas de operações de crédito

	2023		2022
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.537	3.075	2.697
Rendas de Empréstimos	222.198	444.929	392.086
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	14.854	28.580	20.975
Rendas de Financiamentos	29.382	56.057	40.921
Rendas de Rurais - Recursos Livres	16.560	29.068	21.469
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados à Vista	6.228	14.568	21.088
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	17.510	50.368	77.335
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados de LCA	102.235	220.421	162.573
Rendas de Rurais - Recursos de Fontes Públicas	1.200	2.995	3.112
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	18.568	33.257	29.765
	430.270	883.320	772.019

22 Dispêndios e despesas da intermediação financeira

	2023		2022
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Despesas com operações de captação de mercado (Nota 12.2)	(449.675)	(839.037)	(603.526)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses (Nota 14)	(85.787)	(200.727)	(197.476)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito (Nota 6)	103.177	182.630	146.549
Reversões de Provisões para Outros Ativos Financeiros (Nota 7)	3.596	5.378	10.380
Provisões para Operações de Crédito (Nota 6)	(144.014)	(275.231)	(271.837)
Provisões para Outros Ativos Financeiros (Nota 7)	(10.914)	(21.399)	(15.418)
	(583.616)	(1.148.385)	(931.329)

23 Ingressos e receitas de prestação de serviços

	2023		2022
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Rendas de Cobrança	3.857	7.749	7.303
Rendas de Garantias Prestadas	32	570	678
Rendas por Serviços de Pagamento (i)	13.134	18.381	
Rendas de Outros Serviços	9.716	23.501	25.502
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	1.511	2.161	
	28.251	52.363	33.483

(i) Refere-se substancialmente a rendas de intercâmbio de cartões.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Rendas de tarifas

	2023		2022
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.301	2.505	2.139
Rendas de Serviços Prioritários - PF	543	1.050	1.065
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	21	30	
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	4.699	9.194	8.351
	6.565	12.779	11.555

25 Dispêndios e despesas de pessoal

	2023		2022
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(165)	(324)	(278)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(4.181)	(8.483)	(6.582)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(21.379)	(31.751)	(16.154)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(9.026)	(17.593)	(14.697)
Despesas de Pessoal - Proventos	(24.961)	(48.418)	(41.264)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(399)	(751)	(620)
	(60.111)	(107.320)	(79.595)

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Outros dispêndios e despesas administrativas

	2023		2022
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.190)	(2.374)	(2.250)
Despesas de Aluguéis	(4.727)	(9.260)	(7.609)
Despesas de Comunicações	(2.311)	(4.524)	(4.021)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(2.716)	(5.346)	(4.322)
Despesas de Material	(416)	(914)	(775)
Despesas de Processamento de Dados	(3.986)	(7.480)	(4.343)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(442)	(567)	(608)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(3.933)	(7.829)	(6.420)
Despesas de Publicações		(118)	(113)
Despesas de Seguros	(247)	(448)	(328)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(4.281)	(9.078)	(9.586)
Despesas de Serviços de Terceiros	(783)	(1.547)	(3.576)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(4.171)	(8.404)	(6.728)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(5.586)	(10.802)	(10.132)
Despesas de Transporte	(878)	(1.768)	(1.859)
Despesas de Viagem no País	(351)	(641)	(568)
Despesas de Amortização	(2.923)	(5.258)	(3.170)
Despesas de Depreciação	(5.861)	(11.312)	(9.092)
Outras Despesas Administrativas	(2.796)	(5.341)	(4.608)
	(47.598)	(93.010)	(80.106)

Em 2023 a remuneração dos auditores independentes totalizou montante de R\$ 276, já inclusos de todos os impostos, taxas, contribuições demais encargos.

27 Dispêndios e despesas tributárias

	2023		2022
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Despesas Tributárias	(1.023)	(2.095)	(1.531)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(276)	(729)	(844)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(272)	(559)	(513)
	(1.571)	(3.383)	(2.889)

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Outros ingressos e receitas operacionais

	2023		2022
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Dividendos (Nota 5)	3.398	18.519	6.665
Distribuição de sobras (Nota 5)		643	638
Rendas de Repasses Interfinanceiros	1.023	1.839	2.085
Outras rendas operacionais	3.054	5.051	16.365
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	6.427	13.139	9.298
Juros ao Capital Recebidos (Nota 5)	12.590	12.590	8.786
	26.492	51.781	43.836

29 Outros dispêndios e despesas operacionais

	2023		2022
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Descontos Concedidos em Renegociações	(2.421)	(3.363)	(4.250)
Outras Despesas Operacionais (i)	(14.479)	(21.081)	(13.613)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(716)	(1.301)	(906)
Outras Contribuições Diversas	(36)	(68)	(64)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(140)	(309)	(1.259)
Perdas - Fraudes Externas	(349)	(684)	(107)
Perdas - Práticas Inadequadas			(2)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(173)	(175)	(3)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(34)	(41)	(215)
	(18.348)	(27.023)	(20.419)

(i) Refere-se substancialmente a despesas com processamento de pagamento do produto Sipag.

30 Despesas com provisões

	2023		2022
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Provisões para Demandas Trabalhistas (Nota 16)	-	(625)	(81)
Provisões para Contingências (Nota 16)	(397)	(3.712)	(307)
Reversões de Provisões para Contingências (Nota 16)	644	660	52
Provisões para Garantias Prestadas (Nota 16)	(9.915)	(18.905)	(14.835)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas (Nota 16)	9.570	17.190	11.213
	(98)	(5.392)	(3.959)

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Outras receitas e despesas

	2023		2022
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Ganhos de Aluguéis	13	35	45
Reversão de Provisões não Operacionais	-	-	5.147
Outras Rendas não Operacionais	2.462	5.396	7.412
Lucro na Alienação Ativo não Financeiro (Nota 9)	783	789	2.339
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens (Nota 9)	(266)	(540)	(184)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-	-	(5.250)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(196)	(310)	(100)
	2.797	5.369	9.409

32 Imposto de renda e contribuição social

	2023		2022
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperados (i)	2.922	-	-
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperados	(1.212)	(2.973)	(4.100)
	1.711	(2.973)	(4.100)

(i) Variação decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital (Nota 8)

33 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, foram identificados os eventos considerados "Resultados não recorrentes" conforme a seguir:

	2023		2022
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Desvalorização de Ativos não financeiros (Nota 9)			(104)
Resultado com Fundos de Investimentos (Nota 5)	(5.379)	(5.379)	
Ressarcimento Sinistro		11	
	(5.379)	(5.368)	(104)

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34 Partes relacionadas

34.1 Pessoal chave da administração

34.1.1 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, montaram a R\$ 8.807 (2022 - R\$ 6.860).

34.1.2 Saldos e transações com o pessoal chave da administração

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(a) Principais saldos		
Ativo		
Operações de crédito e outros créditos - circulante	87.695	88.622
Operações de crédito e outros créditos - não circulante	267.424	132.169
Passivo		
Depósitos a vista - circulante	83.359	34.084
Depósitos a prazo, LCA e LCI - não circulante	227.431	271.270
Patrimônio líquido		
Capital social	41.371	29.122
Novos Aportes de Capital	12.249	4.018
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(b) Principais operações		
Ingresso com operações de crédito e outros créditos	26.711	6.141
Dispêndio com captação	39.921	29.323
Juros ao capital	4.676	3.260

As operações de crédito, os depósitos à vista, a prazo, LCA e LCI são realizados nas mesmas condições que as operações realizadas com os demais cooperados.

35 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

A Sicoob Cocred, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

35.1 Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

35.2 Saldos e transações com o Sicoob São Paulo

35.2.1 Principais saldos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (Nota 3)	2.981.435	2.778.535
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)		65.743
Ativo não circulante		
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	123.969	83.684

35.2.2 Principais operações

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado com títulos e valores mobiliários (Nota 5)	7.113	11.441
Resultado com depósitos intercooperativos (Nota 3)	344.933	330.783
Distribuição de sobras (Nota 28)	13.232	9.424
Aportes de capital (Nota 5)	40.285	16.864

O Sicoob Cocred responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

36 Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é realizada pela Cooperativa e no Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

36.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

36.2 Risco de crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de mercado e variação das taxas de juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos cenários de estresse.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36.4 Risco de liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

36.6 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36.7 Gestão de continuidade de negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

Mais detalhes sobre Gerenciamento de Riscos e de Capital da SICOOB COCRED e a Tabela OVA, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site <https://relacionamento.sicoobcocred.com.br/>, seção “Gerenciamento de Riscos” / Relatório de Pilar 3.

36.8 Gestão de continuidade de negócios

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

37 Garantias

Em 31 de dezembro de 2023, a Sicoob Cocred é avalista em operações realizadas por determinados cooperados, principalmente junto ao BNDES, no montante total de R\$ 356.483 (2022 - R\$ 302.590), referentes a avais prestadas em operações de crédito de seus cooperados com instituições financeiras oficiais. A provisão para perdas é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas (Nota 16 (i)), contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

38 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores, benfeitorias em propriedades de terceiros e imóveis e veículos de propriedade da Sicoob Cocred.

39 Benefícios a empregados

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>
	<u>(6 meses)</u>	<u>Exercício</u>
	<u>(12 meses)</u>	<u>(12 meses)</u>
Contribuição Previdência Privada (i)	(197)	(18)
Convênio Médico	(1.280)	(2.284)
Seguro de Vida	(199)	(334)
Programas de Participação do Resultado	(12.720)	(18.955)
Ajuda de custo	(157)	(240)
Alimentação do trabalhador	(9.122)	(14.333)
Vale transporte	(9)	(18)
Auxílio creche/babá	(534)	(909)
	<u>(24.219)</u>	<u>(37.090)</u>

- (i) A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

40 Plano para a implementação da regulamentação contábil da resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, 21 de junho de 2022.

a) Resumo do plano de implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação. Essa etapa já foi concluída;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas. Essa etapa foi iniciada em 2023 e será concluída no exercício de 2024.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

* * *j



Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 49793A0DB80A409D9B7820356C996C88

Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: SICOOB COCRED23.DEZ.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 49

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Isabela Mantovani

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

isabela.mantovani@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.188

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Isabela Mantovani

Local: DocuSign

09 de fevereiro de 2024 | 21:16

isabela.mantovani@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

09 de fevereiro de 2024 | 21:20

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team
@pwc.com**Eventos do signatário**

Marcos Franco Botelho

marcos.botelho@pwc.com

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Assinatura

DocuSigned by:



B4419BFC8085477...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.160.170

Registro de hora e data

Enviado: 09 de fevereiro de 2024 | 21:16

Visualizado: 09 de fevereiro de 2024 | 21:17

Assinado: 09 de fevereiro de 2024 | 21:20

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Isabela Mantovani

Copiado

Enviado: 09 de fevereiro de 2024 | 21:20

isabela.mantovani@pwc.com

Visualizado: 09 de fevereiro de 2024 | 21:20

Manager

Assinado: 09 de fevereiro de 2024 | 21:20

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Eventos com testemunhas**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos do tabelião****Assinatura****Registro de hora e data**

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	09 de fevereiro de 2024 21:16
Entrega certificada	Segurança verificada	09 de fevereiro de 2024 21:17
Assinatura concluída	Segurança verificada	09 de fevereiro de 2024 21:20
Concluído	Segurança verificada	09 de fevereiro de 2024 21:20

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------